Políticas Publicas e Alergias Alimentares: Desafios no contexto escolar

Autor(res)

Lucia Dias Da Silva Guerra
Juliana Souza Modesto

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado. Entende-se por alimentação escolar todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo. É garantido este direito através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A prática de uma alimentação saudável e adequada se faz com o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem as tradições, cultura, hábitos alimentares saudáveis e contribuam para o crescimento e desenvolvimento dos alunos, melhorando o rendimento escolar, conforme a faixa etária, o estado de saúde e as necessidades específicas. As alergias alimentares são uma realidade cada vez mais prevalente na vida de muitas crianças e famílias, com grandes impactos na qualidade de vida. A escola é um local importante que contribui para a formação de hábitos alimentares, firmando-se como um serviço de saúde e uma ferramenta educativa.

Objetivo

Analisar as ferramentas disponíveis em relação às políticas públicas, com base nos desafios enfrentados no ambiente escolar por crianças diagnosticadas com alergias alimentares.

Material e Métodos

O estudo realizado constitui-se em uma pesquisa para análise da literatura científica. Foram encontrados no total, 15 artigos no buscador Google Acadêmico, 4 artigos de revisão interativa e as principais fontes de pesquisa para essa análise foram as Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Após a revisão, foram selecionados 3 artigos científicos.

Resultados e Discussão

As alergias alimentares são reações imunológicas adversas a alimentos, e a um antígeno alimentar específico e proteico, a mais comum é a alergia a proteína do leite de vaca (APLV) (Brasil, 2012; 2017) E doença celíaca que possui origem autoimune causada por uma intolerância permanente ao glúten, presente no trigo, centeio, cevada, aveia e malte (Brasil, 2012; 2017). Algumas escolas demonstram irregularidades em relação à oferta de alimentação escolar para as crianças com necessidade alimentar especial. Diante disso, muitas crianças acabam levando lanche de casa (Szinwelski; Lopes; Taglietti, 2019). Além disso, muitas famílias possuem pouca informação em relação ao acompanhamento desses profissionais. Sendo assim, é importante que as escolas

transmitam essas informações, realizem reuniões escolares e rodas de conversa para auxiliar os pais sobre a situação, permitindo uma troca de informação promotora de aprendizado, para a escola e as famílias (Szinwelski; Lopes; Taglietti, 2019).

Conclusão

A análise realizada identificou que, embora haja projetos nas leis de políticas públicas voltadas à adaptação de uma alimentação saudável e adequada para crianças com necessidades alimentares especial, muitas escolas não têm protocolos para o andamento do processo, a falta de clareza e inexperiência do gestor escolar, a sobrecarga do nutricionista e o excesso de burocracia faz com que as famílias sentiam insegurança em relação a alimentação escolar.

Referências

Departamento de Atenção Básica.Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013 BRASIL
Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf
MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE. Caderno de Legislação, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/CADERNODELEGISLAO2022atualizadaltimaverso.pdf. Acesso em: 14 set. 2025.
Pinheiro, A. C., Fidalgo, C., & Mendes, C. (2020). Estratégias de intervenção em ambiente escolar dirigida às crianças com alergia alimentar. Salutis Scientia-Revista de Ciências da Saúde da ESSCVP, 12, 18-24.
Política Nacional de Alimentação e Nutrição / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde.
sil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica.